PREFEITURA DE
MANAUS

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se na sede da Manaus Previdência o Comitê de Investimentos. Na oportunidade, participaram da reunião o Presidente, Flávio Rodrigues de Castro, e os membros, Ana Silvia dos Santos Domingues, Caio Cesar Andrade, Carolinne Nunes dos Santos, Edson Palheta Brasil, e Raimundo Nonato de Oliveira. Os itens constantes da pauta foram: **(1)** Análise e deliberação do Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de junho de 2018; **(2)** Deliberação sobre aporte no FIP Vinci Capital Partners III. Verificada a existência de quórum para a abertura da reunião, deu-se início aos trabalhos. O Presidente do Comitê, Sr. Flávio de Castro, iniciou a reunião passando os informativos sobre as reuniões que ocorrerão no dia 09/08 com a equipe da Caixa Asset, às 14h30, e no dia 14/08, às 11h, com a equipe do Bradesco. Dando continuidade, falou do resgate que está previsto para a maior parte dos fundos de vértice da Caixa, aproximadamente R$ 80 mi. Disse que em momento oportuno deliberará com o Comitê sobre um plano de realocação, ademais, falou que a vinda dos dois bancos supracitados será uma boa ocasião para que o Comitê possa ouvir mais suas projeções de cenário econômico, e oportunidades de investimentos para receber esse montante. Junto a isso, o Presidente comprometeu-se a encaminhar via *whatsapp* ou e-mail as lâminas de fundos, bem como os gráficos comparativos com os da carteira, para análise e deliberação na próxima reunião. Dando seguimento, passou para a apresentação dos dados constantes do Relatório de Investimentos Mensal do mês de Junho de 2018. Iniciou com o gráfico que mostra a evolução da carteira, disse que não houve muita alteração, apenas uma pequena involução de maio para junho. O próximo gráfico mostrou a composição da carteira pelo *benchmark*, e verificou-se que a posição da Manausprev ainda está bem acentuada em papéis e fundos atrelados à inflação. Disse que a carteira do FPREV fechou o referido mês com R$ 865 mi, e a carteira do FFIN com um pouco mais de R$ 38 mi. Em seguida abriu o gráfico referente à rentabilidade da carteira total, ou seja, com a inclusão dos fundos problemáticos. Esta rentabilizou menos 0,37%, já a carteira saudável rentabilizou menos 0,42%. Disse que a meta atuarial foi de 1,75%, e ressaltou que o IPCA para o mês de junho foi gigantesco (1,26%), sendo o maior IPCA para esse mês desde 1995. Consequentemente a meta foi muito além daquilo que os RPPS esperavam. Falou que essa elevação ainda é reflexo da greve dos caminhoneiros que ocorreu em maio, e por conseguinte impactou os preços do mês de junho. Dando continuidade, fez a leitura dos gráficos da rentabilidade acumulada em 2018, e da rentabilidade dos últimos 12 meses, comparando o histórico de rentabilidade da carteira

total e da carteira sem os fundos problemáticos com o CDI e a meta atuarial (IPCA+6%). Pontuou que quando avalia-se a carteira a longo prazo a situação melhora um pouco, conforme verifica-se no gráfico da rentabilidade dos últimos 12 meses. Em seguida, adentrou as tabelas que trazem o desempenho apresentado por cada fundo da carteira. Fez uma pausa nos FIDCs para informar que a Socopa, administradora do Ático FIDC Imobiliários, pediu renúncia. Houve assembleia geral para nomear novo Administrador para o fundo. A **Elite** e a **RJI** foram as duas administradoras que manifestaram interesse em participar da eleição. Informou que votou na Elite, em virtude desta atender aos requisitos dispostos no Edital de Credenciamento de Gestores, Administradores e Instituições Financeiras da Manaus Previdência. No entanto, a RJI ganhou na votação, e é a nova administradora do fundo Ático. Disse também a RJI em assembleia informou aos cotistas que só assumiria o encargo de Administrador, caso fosse realizado o aporte de uma quantia para custear as despesas do fundo por no mínimo 12 meses, principalmente as custas/taxas em relação ao imóvel pertencente ao fundo. Segundo o Presidente, o pedido de aporte já foi enviado, e será analisado antes de encerrar a reunião. Dando seguimento, deu destaque ao fundo multimercado Sulamérica Evolution que, mesmo com todo o estresse sofrido em maio e junho pelos outros fundos, fechou positivo. Explicou que quando o mês é bom, ele não evolui tão bem quanto os outros fundos multimercado, mas quando o cenário é conturbado, ele consegue se manter mais estável, possuindo assim a característica de ser mais defensivo em comparação a outros fundos do mesmo segmento. Falou que o fundo Eco Hedge está com cota negativa, e que o Safra S&P Reais FIM tem melhorado muito nos últimos três meses. Sobre o FIP Geração de Energia, relembrou aos membros que antigo gestor era a Ático, e que atualmente é a Brasil Plural. O Administrador permanece sendo a BNY Mellon. O Presidente informou que o prazo de vigência do fundo chegou ao fim, e que em junho foi encaminhada aos cotistas uma consulta formal questionando acerca de uma possível prorrogação do fundo por mais 24 meses. Como a votação não atingiu o quórum necessário (75%), o fundo não foi prorrogado. Deu-se início então à discussão sobre o processo de liquidação do fundo. Após muitas conversas entre os cotistas e o Administrador, conseguiram levar novamente à mesa de votação em assembleia a proposta de prorrogação do fundo por mais 12 meses, sendo, dessa vez, aprovada pela maioria. A ideia do gestor é dar início ao processo de desinvestimento, buscando vender os ativos do fundo. O Presidente ainda salientou que como são ativos bons, do segmento de geração de energia, aparentemente, o gestor não encontrará muitos obstáculos para vendê-los. Sobre o fundo BR Hotéis, este também sofreu uma alteração da gestora em junho, passando da Bridge para a Graphen. O Presidente disse que há duas semanas dois representantes da

Graphen reuniram-se com ele aqui na Manausprev, para atualizarem a Superintendência sobre as diligências que vêm sendo praticadas no fundo, e discutirem sobre novos projetos. Ademais, informou que a Graphen está avaliando a possibilidade de viabilização de visita dos cotistas aos três empreendimentos do fundo, tendo em vista que seria uma boa oportunidade para que conhecessem de perto as condições de cada um deles. Dando continuidade, abriu o documento referente à execução da Política de Investimentos 2018 (PI2018). Como destaque, disse que o Comitê deliberou como alocação objetivo para os fundos elencados nos *Fundos 100% TPF – Referenciados* o percentual de 25% da carteira, no entanto a carteira no mês de referência estava posicionada em 35,07%, mas, ainda dentro do limite superior. Justificou essa discrepância esclarecendo que quando o Comitê estava em processo de elaboração da PI2018, fora publicada a Resolução CVM nº 4.604/2017, e muitos gestores de fundos ainda estavam indecisos sobre o enquadramento destes nos dispositivos da norma. Falou ainda que o Comitê à época estipulou 25% como alocação objetivo para os *Fundos 100% TPF – Referenciados (Art. 7º, I, "b")*, e 9% para os *Fundos Renda Fixa Referenciados (Art. 7º, III, "a")*, que somados totalizam 34%, ou seja, bem próximo de 35,07%. Concluiu então afirmando que praticamente todos os fundos renda fixa da carteira foram de fato enquadrados no segmento *Fundos 100% TPF – Referenciados*, e, por esta razão, nessa classificação há um expressivo volume percentual, enquanto que no segmento *Fundos Renda Fixa Referenciados* ainda não há nada. Ademais, disse que esse quadro logo iria se resolver, uma vez que nesse mês de agosto haveria o resgate de R$ 80 mi de dois fundos de vértice da Caixa, e, consequentemente, reduziria esse percentual de 35,07%, tornando-o mais coerente com a alocação objetivo. Ao finalizar a apresentação, indagou os membros se havia restado dúvidas, ou se gostariam de sugerir a inclusão de algum dado. Todos se manifestaram pela aprovação do documento. Por fim, disse que encaminharia a versão estruturada do relatório de junho via e-mail ou pelo *whatsapp* para ratificação. Dando seguimento, retomou a conversa sobre a Proposta de Administração e Custódia do Ático FIDC formulada pela nova administradora, RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. O Presidente informou que a respectiva administradora submeteu aos cotistas um plano de despesas para suportar o fundo por mais 12 meses. Procedeu à leitura do documento. Disse que um grupo empresarial sugeriu a permuta do prédio, sendo parte do pagamento em dinheiro e parte em imóveis de pequeno porte e em bom estado de conservação, no entanto, segundo o Presidente, muitos cotistas sentem-se resistentes quanto a essa proposta, uma vez que, para isso, o fundo necessariamente teria de ser reclassificado como Fundo Imobiliário, e dessa maneira poderia desenquadrar alguns dos cotistas RPPS. O valor do aporte integral constante da proposta totaliza a

ordem de R$ 2.037.000,00. Nesse sentido, o desembolso cabível à Manausprev de acordo com a posição no fundo de 6,2%, seria perto de R$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais). Ademais, informou que foi discutido em assembleia a possibilidade de pôr fim ao contrato de exclusividade com a empresa *Colliers International Brasil*, prestadora de serviços de consultoria imobiliária, e contratar com no mínimo três empresas reconhecidas no mercado, visando expandir as oportunidades de oferta do prédio. Dando seguimento, o Presidente falou que não se sentia muito confortável em fazer o respectivo aporte em virtude do histórico problemático do fundo, e propôs ao Comitê que fosse realizada uma consulta formal à Procuradoria da Autarquia indagando sobre as possíveis consequências às quais o RPPS estaria sujeito caso deliberasse pelo não aporte, entre outros questionamentos. Todos os presentes concordaram com a sugestão. Sobre esse assunto, o membro Ana Silvia manifestou-se alertando que como esse tipo de *expertise* não faz parte das atividades desempenhadas rotineiramente pela Procuradoria, propôs também que o Comitê expedisse uma recomendação formal ao Presidente, expondo sobre a importância do investimento na qualificação de um ou mais Procuradores nesse campo. Todos os presentes acataram a sugestão do respectivo membro. Dando seguimento, passou para o próximo tópico da pauta. O Presidente relembrou a apresentação do fundo **Vinci Capital Partners III FIP Multiestratégia II (VCP III)**, ocorrida na reunião do dia 17/05/2018, dando destaque às suas principais características, bem como às estratégias de investimentos já realizadas pelo gestor para o fundo. Logo em seguida disse que o período para chamar capital é de 04 anos. Já o período total de operacionalização do fundo será de 10 anos, sendo o investimento mínimo de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O Presidente reforçou o sucesso do primeiro fundo, o VCP I, o histórico de rentabilidade do VCP II, o objetivo de diversificação da carteira da Manausprev, e a governabilidade da própria Vinci. Dando continuidade, e, considerando a alocação objetivo estipulada na PI2018, e os compromissos da Autarquia com possíveis chamadas de capital de outros FIPs da carteira, sugeriu a aplicação de R$ 10 mi, valor correspondente a pouco mais de 1% da carteira total. Todos os membros presentes concordaram. Desta forma, restou deliberada e aprovada por maioria do Comitê de Investimentos a aplicação de R$ 10 mi (dez milhões de reais) no fundo **Vinci Capital Partners III FIP Multiestratégia II (VCP III).** Sendo esses os assuntos da pauta deu-se por encerrada a reunião, às 10h30 (dez horas e meia), da qual, eu, Carolinne Nunes dos Santos, participei e lavrei a presente Ata que assino com os demais conselheiros.

PREFEITURA DE
MANAUS

PARTICIPANTES

Flávio Rodrigues de Castro *(Presidente do Comitê de Investimentos)* .....
Ana Silvia dos Santos Domingues *(Membro)* .....
Caio Cesar Andrade *(Membro)* .....
Carolinne Nunes dos Santos *(Membro e Secretária)* .....
Edson Palheta Brasil *(Membro)* .....
Raimundo Nonato de Oliveira *(Membro)* .....